

**RO 62-36.2010.5.12.0000 - Publicação: DEJT 10.06.2011**

Relator: Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 12ª Região

Recorrida: BRF Brasil Foods S.A.

Autoridade Coatora: Juiz Titular da Vara do Trabalho de Joaçaba

**EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DOENÇAS OCUPACIONAIS. PAUSAS PARA DESCANSO. SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PREVALÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM O DEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR.** 1. O Estado, como produto da razão humana, tem suas origens nas chamadas teorias contratualistas ou pactistas, também conhecidas como teorias racionalistas de justificação do Estado, desenvolvidas a partir do estudo das primitivas comunidades, em estado de natureza. 2. O homem delega ao Estado os direitos necessários à manutenção da paz e da segurança de todos, conservando, por outro lado, o direito à vida, à propriedade e à liberdade (direitos naturais inalienáveis). 3. A busca pela concretização de tais valores fez com que o Estado assumisse o compromisso de elaborar e tornar efetiva a aplicação de normas adstritas ao conceito de sociedade justa e solidária, livre de desigualdades e de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º da Constituição Federal). 4. No âmbito da proteção jurisdicional, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (CF, art. 5º, XXXV), sendo certo que a tutela definitiva implica cognição formada com base no contraditório e na ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da Carta Magna), ao passo que a tutela provisória, como espécie de providência imediata e de urgência, deita suas raízes na efetividade do processo, de modo a assegurar que os envolvidos não venham a sofrer danos em razão da demora na prestação jurisdicional (CF, art. 5º, LXXVIII). 5. Assim é que, ante o possível confronto entre a segurança jurídica e a efetividade (cognição sumária), cabe ao julgador, atento às circunstâncias do caso concreto e com o desígnio de preservar os bens e valores prevalentes à luz do Direito, deferir a medida liminar. 6. A constatação da ausência de precauções para que trabalhadores deixem de sofrer graves e reiteradas lesões sustenta o comando liminar, ao mesmo tempo que degrada o pretense direito líquido e certo da Impetrante. Recurso ordinário em mandado de segurança conhecido e provido.